

Painel / Linha temática 14

Trabalho e Desigualdades Sociais: Conflitos e Precariedades

Mesa 14.5



"Trabalho, Inovação Tecnológica e Desigualdades"

Comentadores: Dari Krein¹
Jose dos Santos Souza²

Moderadora: Gisela Maria Bester³

Coordenadora: Gloriete Marques⁴

| | | | | |
|-----|--|---|---|----------------------------|
| 55 | Ana Filipa Borges Matias Gilsanz Magalhães | filipa.magalhães@ua.pt | Internet – espaço de liberdade do trabalhador ou caixa de Pandora? | Universidade de Aveiro |
| 84 | Andreia Filipa Gonçalves dos Santos | andreiasant1@hotmail.com; | O direito do trabalho como ideologia: o paradigma da austeridade e a erosão da cidadania sociolaboral | CES/ FEUC |
| 170 | Marleine Paula Marcondes e Ferreira de Toledo | marleinepaula@hotmail.com; mtoledo@usp.br | Trabalho e desigualdade ou a corrosão humana do capitalismo | USP/ ESPM |
| 172 | Gloriete Marques Alves Hilário e Gisela Maria Bester | glomalves@yahoo.com.br; profagmb@hotmail.com | Inovação tecnológica e sociedade do conhecimento na era da globalização: desigualdades, exclusões e indignidades no mercado de trabalho contemporâneo | CES/FEUC UFT/IMED/ FDUL |
| 64 | Maria Lúcia Barbosa | malu1974@uol.com.br | A garantia do emprego no Brasil sob uma perspectiva sistêmico-funcional | UFPE |

¹ Docente da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil. Atua na área de de Economia, com ênfase em Emprego, Relações de Trabalho, Sindicalismo e Negociação Coletiva <http://lattes.cnpq.br/3697694280982227>

² Professor de Economia Política da Educação e de Política Educacional do Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil. Atua nas seguintes áreas: trabalho e educação; qualificação; educação profissional; e políticas públicas de trabalho, qualificação e geração de renda. CV: <http://lattes.cnpq.br/4662172593965744>

³ Professora colaboradora do UNICURITIBA - Centro Universitário Curitiba (Brasil). Professora permanente do mestrado em Direito, Democracia e Sustentabilidade da IMED - Faculdade Meridional (Brasil). <http://lattes.cnpq.br/3718611665180124>

⁴ Doutoranda do CES, membro da comissão organizadora do Colóquio http://www.ces.uc.pt/coloquiodoutorandos2013/index.php?id=7969&id_lingua=1&pag=8030

Internet – espaço de liberdade do trabalhador ou caixa de Pandora?

Ana Filipa Borges Matias Gilsanz Magalhães⁵

A presente comunicação tem por base a reflexão sobre as implicações legais dos fenómenos das redes sociais virtuais e da existência de blogues e espaços virtuais onde qualquer pessoa expressa livremente a sua opinião, sem crivos, limites e sem aparente responsabilidade pelos seus atos. Este fenómeno assume particular importância quando se trata de trabalhadores e da sua relação com a entidade empregadora e, no que respeita aos reflexos desta relação no espaço virtual, colocam-se algumas questões, sobre as quais nos propomos refletir. A primeira questão que se coloca, e prévia a todas as outras na medida em que da resposta a esta questão depende a nossa posição relativamente às demais questões, consiste em saber se a intervenção dos trabalhadores nas redes sociais virtuais e a expressão da sua opinião na internet, se reveste da protecção conferida à defesa da privacidade ou se, pelo contrário, pela visibilidade e abrangência que têm, integram a esfera pública? A segunda questão que se coloca prende-se com a legitimidade das entidades patronais para proibirem a participação dos seus trabalhadores nas redes e espaços virtuais e quais as consequências de uma eventual desobediência? E, por último, coloca-se a questão de saber se os trabalhadores podem ser responsabilizados pelas opiniões expressas na internet, podendo as mesmas originar um processo disciplinar com vista a um eventual despedimento? E as provas recolhidas neste meio, são válidas ou violam a protecção da privacidade do trabalhador? No fundo, pretendemos refletir sobre a necessidade de rever conceitos como o direito à privacidade do trabalhador e sobre a adequação do regime jurídico do contrato de trabalho à nova realidade de relações sociais e de espaços de liberdade de expressão.

Palavras-chave: Contrato de Trabalho, Direito à privacidade do trabalhador, Redes sociais e virtuais.

⁵ Filipa Matias Magalhães, assistente convidada na Universidade de Aveiro. Mestrada pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, apresentou tese na área das modalidades de gestão dos serviços públicos. Presentemente, encontra-se a elaborar a tese de Doutoramento nesta mesma Universidade, sob a orientação do Prof. Jónatas Machado, sobre os direitos fundamentais e a necessidade de rever a sua protecção perante os atropelos de que estes têm vindo a ser alvo na Internet e nos espaços de expressão individual que esta potencia.

O direito do trabalho como ideologia: o paradigma da austeridade e a erosão da cidadania sociolaboral

Andreia Filipa Gonçalves dos Santos⁶

A centralidade do trabalho e a importância do direito como duas dimensões imprescindíveis à afirmação e dignidade dos indivíduos transformam o direito do trabalho num instrumento fundamental de incisão não somente jurídica, como também, sociopolítica. O direito do trabalho e o seu papel está associado à revolução industrial, às lutas entre o capital e o trabalho, e à questão social com um propósito regulador da nova ordem económica, social e política. Tal significa que como regulador sociojurídico das sociedades este sempre procurou compatibilizar, ou pelo menos articular, os princípios da comunidade, da sociedade, do mercado e da solidariedade. É pois, necessário, compreender como a sua evolução ressalta dos debates políticos e económicos, e como a sua instrumentalização permite identificar as orientações ideológicas das sociedades contemporâneas. A produção do direito torna-se, assim, num processo complexo onde é possível identificar actores, grupos e instituições que criam alianças e confrontos, tensões e contradições que trespagam a sociedade e se veiculam como normas jurídicas. Parte-se do pressuposto de que o direito do trabalho sendo fruto da correlação de forças políticas, económicas e sociais, torna-se, ele próprio, o instrumento fundamental que marca uma ideologia política e a coloca efetivamente em prática. O objetivo deste projeto é analisar a produção do direito do trabalho em Portugal evidenciando as articulações entre o que resulta de decisões políticas e económicas e a institucionalização das reformas laborais no quadro pós 25 de Abril. Tomando como caso de estudo o paradigma de austeridade actual (2011-até ao presente) e a produção da nova legislação laboral, pretende analisar-se as constelações de atores e relações de força que estruturam a orientação política e económica (de tendência neoliberal) e que produzem grandes alterações na esfera sociolaboral e, mesmo, no próprio sentido histórico do direito do trabalho.

Palavras-chave: direito do trabalho, ideologia, austeridade, cidadania.

⁶ No momento investigadora júnior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Detenho uma licenciatura em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde também concluí o mestrado em "Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo". Actualmente integro o projecto de investigação "A Organização Internacional do Trabalho no direito do trabalho português: reflexos e limitações de um paradigma sociojurídico" coordenado pelo Doutor António Casimiro Ferreira. Actualmente sou também doutoranda do Programa de Doutoramento em Relação de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Trabalho e desigualdade ou a corrosão humana do capitalismo

Marleine Paula Marcondes e Ferreira de Toledo⁷

Esta comunicação apresenta conclusões parciais da pesquisa intitulada "A corrosão humana do capitalismo: um olhar interdisciplinar", a fim de mostrar efeitos deletérios da atuação do sistema capitalista sobre o homem, principalmente no que diz respeito a seu caráter e dignidade. Debate-se o tema tomando como ponto de partida as obras "Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos", "O trabalho sujo dos outros" e "Carvão animal", de Ana Paula Maia, com um olhar direcionado para a realidade dos trabalhadores. A trilogia de Ana Paula Maia relata a dura trajetória de vida dura de grupos de operários, situados no submundo, um espaço caracterizado pela subalternidade, humilhação e exclusão social, um cenário desolador e desesperançoso da brutalidade de algumas profissões, em que as personagens convivem com a morte e se tornam apenas meros sobreviventes do sistema. Entre outros, são tomados, como referencial teórico, textos do norte-americano Richard Sennett, que analisam o sistema econômico capitalista e sua interferência nas relações pessoais e de trabalho, as quais devem ser regidas e respeitadas pelas leis trabalhistas, tanto no âmbito nacional, ou sejam, as leis brasileiras, no presente caso, quanto no internacional, com as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para que o produto do trabalho seja a dignidade do homem, não a corrosão de seu caráter. Algumas linhas de pensamento de Zygmunt Bauman também são trazidas para a discussão, como, por exemplo, a de que a cooperação e o bem comum, tão idealizados pela teoria liberal das Relações Internacionais, não são postos em prática e a de que há interdependência de todos os indivíduos do mundo, embora exista

⁷ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, onde se doutorou, em 1981. Professora da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Atua na graduação e pós-graduação. Avaliadora e Supervisora institucional e de cursos do Ministério da Educação (MEC). É afiliada a diversas associações científicas. Tem concedido entrevistas a diversos órgãos da mídia e colaborado em "sites". Possui para além de 200 artigos publicados em jornais, revistas, periódicos e tabloides do Brasil e do Exterior. Participou em aproximadamente três centenas de congressos, nacionais e internacionais, contando com mais de 250 trabalhos apresentados (cursos, palestras e conferências). Professora convidada e visitante de várias universidades (Portugal, Espanha, França, Inglaterra, China, Índia, Panamá, Cuba). Tem colaborado, ao longo dos anos, no Jornal da Tarde, O Estado de São Paulo, D.O. Leitura, além de outros jornais e revistas especializados. Autora de vários livros, capítulos, verbetes, entre os quais: A voz das águas, O ato de redigir; Entre olhares e vozes (com Heliane Monti); Cultura Brasileira: o jeito de ser e de viver de um povo (org.); O Direito Romano e seu contributo para a construção da Europa, Milton Hatoum: itinerário para um certo Relato; Comunicação Jurídica – Redação e Gramática (com H. Nadólskis); Espaço e memória em "Relato de um certo Oriente, O mar de Santo Ambrósio e os domínios da Comunicação; Olga Savary: erotismo e paixão; A técnica da comunicação humana (reescrita), As relações internacionais em Euclides da Cunha :cartas de sete léguas .Tem participado de diversas missões (China, Índia, Cuba, por exemplo). Dedicou-se, há anos, a práticas de ensino e à participação em eventos culturais e científicos.

ignorância por parte deles em não perceber ou aceitar essa relação. Entram em cena, também, os professores Ricardo Sayeg e Wagner Balera, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), com sua recente teoria denominada "Capitalismo humanista".

Palavras-chave: trabalho, desigualdade, capitalismo humanista; corrosão do caráter.

Inovação tecnológica e sociedade do conhecimento na era da globalização: desigualdades, exclusões e indignidades no mercado de trabalho contemporâneo

Gloriete Marques Alves Hilário⁸

Gisela Maria Bester⁹

A inovação é uma necessidade do mercado e os avanços tecnológicos têm provocado grandes mudanças em nossa sociedade. Vivemos num mundo em que os indivíduos incapazes de obterem certas qualificações informacionais e profissionais poderão ser excluídos do mercado de trabalho, pois estas são exigências presentes no universo laboral atual. Assim, a inovação tecnológica e a sociedade do conhecimento podem ser vistas, também, como geradoras de novas desigualdades sociais. Em tal contexto, neste trabalho analisaremos a relação estabelecida entre globalização e mercado de trabalho, sobretudo

⁸ Doutoranda em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) (2010/ 2014) e o Centro de Estudos Sociais (CES) é a Instituição de acolhimento de investigação; Mestrado em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo pela FEUC (2010); Especialização em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo pela FEUC (2009); Graduação em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira (2008); Intercâmbio no âmbito da graduação em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC) (2007). Leciona na Faculdade de Jussara (FAJ) e Coordena o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na FAJ. Atualmente é membro da comissão organizadora do IV Colóquio de Estudantes de CES como representante dos doutorandos do Doutorado em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo da FEUC, escolhida por seus pares em processo eletivo realizado no dia 22/04/2013. É associada ao Núcleo de Estudantes Luso-Brasileiros (NELB) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em outras Sociologias Específicas e Direito. Lecionou na Faculdade Católica Dom Orione (FACDO); Coordenou no Núcleo de Pós-Graduação da FACDO; Foi pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão da FACDO. Contatos: 0021351- 916.952.552/ 0021351-917.994.682 (Portugal) ou glomalves@yahoo.com.br ou (62) 3223-5705/ (62) 8484-7509 (Brasil).

⁹ Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, na Linha de Pesquisa Instituições Jurídico-Políticas; Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - Área de Concentração Direito, Estado e Sociedade, Linha de Pesquisa Constituição, Cidadania e Direitos Humanos, com um ano de pesquisas desenvolvidas na Universidad Complutense de Madrid e na Università degli Studi di Roma La Sapienza. É pós-doutoranda em Direito Público na Universidade de Lisboa. Foi Coordenadora do Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba, atualmente sua Professora Colaboradora. É professora do corpo docente permanente do Mestrado em Direito, Democracia e Sustentabilidade da IMED – Faculdade Meridional. Associada ao CONPEDI - Conselho Nacional [brasileiro] de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, e avaliadora de artigos científicos para seus eventos. Ex-pesquisadora do CNPq e Conselheira Titular do Ministério da Justiça brasileiro. Associada ao Núcleo de Estudantes Luso-Brasileiros da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

visando a demonstrar como contradições aí detectadas vêm gerando exclusões e indignidades no meio ambiente laboral, afrontando diretamente as normas internacionais de proteção do trabalho digno enquanto direito humano essencial ao pleno desenvolvimento das pessoas. Deste modo, o objectivo principal desta comunicação é o de apresentar, de forma interconectada e crítica, temas importantes e actuais na era da globalização, tais como a influência das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no mercado de trabalho contemporâneo, as desigualdades geradas por tais tecnologias no mercado laboral, a flexibilidade do mercado de trabalho e a deslocalização das empresas, a Organização Internacional do Trabalho e a regulação que faz do trabalho digno como direito humano, e o (des)respeito aos direitos humanos dos trabalhadores nas empresas multinacionais.

Palavras-chave: inovação tecnológica, globalização, desigualdades sociais, exclusão, direitos humanos; mercado laboral.

A garantia do emprego no Brasil sob uma perspectiva sistêmico-funcional

Maria Lúcia Barbosa¹⁰

Esta dissertação apresenta uma análise da garantia de emprego prevista no artigo 4 da Convenção 158 da OIT sob a perspectiva sistêmica. A convenção 158 da OIT em seu artigo 4 estabelece a proibição de demissões imotivadas. Apenas por razões de ordem técnica e comportamental o empregador estaria autorizado a demitir o empregado. Procura-se destacar que a garantia de emprego decorre das irritações sistêmicas entre os sistemas político, jurídico e econômico. Para tanto abordaremos a garantia de emprego sob a perspectiva teórica de Niklas Luhmann. Compreendemos que a sociedade moderna é composta por vários sistemas sociais funcionalmente diferenciados, porém, cognitivamente abertos às informações provenientes do meio, as quais serão filtradas de acordo com o código binário de cada sistema. A abertura cognitiva e o fechamento operacional caracterizam os sistemas autopoieticos, aqueles que se reproduzem a partir de seus próprios elementos. Todavia, no caso da sociedade brasileira, país de modernidade periférica, o subsistema jurídico não possui autonomia operacional, sofrendo influência do sistema econômico e político. Há uma sobreposição do código econômico (ter/não ter) e do código político (poder/não poder) sobre o código jurídico (lícito/ilícito). Considerando que o sistema econômico é contrário à restrição de direitos dos empregadores e impõe sua lógica sobre o sistema jurídico, a garantia prevista no artigo 4 da Convenção 158 da OIT pode ser compreendida como legislação álibi, pois é desprovida de eficácia, servindo como mecanismo de legitimação do poder político.

Palavras-chave: Teoria dos Sistemas, Convenção 158 da OIT, Garantia de Emprego, Legislação Álibi.

¹⁰ Doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e Bolsista CAPES na Universidade de Valência – Espanha do Programa Doutorado Sanduíche . Mestre em Direito pela UFPE. Advogada e Professora Temporária da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.